

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.590 - SP (2018/0335645-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : LUIS FERNANDO RODRIGUES NASCIMENTO (PRESO)
ADVOGADO : GUILHERME GOUVÊA PICOLO - SP312223
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. *MODUS OPERANDI*. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. CONCURSO DE PESSOAS ENVOLVENDO ADOLESCENTE. EXCESSO DE PRAZO. JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA. PERDA DO OBJETO. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA.

1. Comprovada a materialidade, havendo indícios de autoria e estando demonstrada, com elementos concretos, a necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública, afasta-se a alegação de constrangimento ilegal.
2. *In casu*, a custódia cautelar do recorrente, mantida na sentença penal condenatória, está fundamentada na real gravidade da conduta imputada a ele, qual seja, roubo com emprego de arma de fogo e em concurso de pessoas, o qual, por sua vez, envolveu a corrupção de um menor de idade.
3. Nesse contexto, afigura-se como indevida a aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere, porque insuficientes para resguardar a ordem pública. Precedentes.
4. Quanto à tese atinente ao excesso de prazo, apurou-se ter ocorrido a superveniência do julgamento do respectivo recurso de apelação, a implicar a perda de objeto nesse ponto.
5. Recurso em *habeas corpus* parcialmente prejudicado e, no restante, desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima

indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, julgar parcialmente prejudicado o pedido e, no restante, desprovido o recurso ordinário nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 21 de maio de 2019 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

